

Decidir já!

Não é bom para ninguém — nem para o ministro, nem para o presidente da República, nem para os banqueiros estrangeiros, muito menos para o governo brasileiro — que o sr. José Sarney postergue o momento fatal em que será obrigado a cometer com seu amigo Dilson Funaro ato que, praticado por estadistas, não é deslealdade, demitindo-o.

Quanto mais demorar o acerto de contas entre o presidente e o cogula da Unicamp (à qual se somam a esquerda do PMDB e interesses outros), mais difícil será separar a demissão do ministro da Fazenda da pressão que a sociedade brasileira, em primeiro lugar, e os banqueiros credores, em segundo, começam a exercer para que se redefinam as diretrizes da política econômico-financeira do Brasil — se é que existem. A renúncia, hoje, do sr. Dilson Funaro poderia revestir-se de dignidade, na medida em que se seguiria ao encontro do chefe do governo com os empresários, durante o qual a política (?) do ministro foi posta em causa, estando ele ausente por claro desejo do presidente da República. Seria, igualmente, reação de pundonor de quem lê todos os dias na imprensa que o presidente está ouvindo terceiros (antigos colaboradores e hoje desafetos de seu staff íntimo) sobre rumos alternativos a imprimir à política econômica. Amanhã, as coisas serão diferentes: amanhã a exoneração do sr. Dilson Funaro terá o sabor das pressões irresistíveis, seja de parte dos empresários, seja dos trabalhadores brasileiros, seja da comunidade internacional. É compreensível que o chefe de Estado não queira ceder a essas pressões — e é com esse triunfo que deve estar jogando o ministro, adiando o mais possível a sua carta de demissão (e eventual nomeação para uma embaixada especial) a fim de torná-la impossível. A decisão, pois, cabe ao sr. José Sarney, que poderia inspirar-se no costume de alguns imperadores romanos de enviar delicadamente um pedaço de papel azul àqueles de cuja presença gostariam de se ver livres...

Entenda o sr. presidente da República que são os interesses do Brasil que estão em jogo, e não quizilhas pessoais envolvidas o ministro da Fazenda, e esta ou aquela

personalidade brasileira e estrangeira. Apesar do sigilo que cerca esse tipo de crítica, avolumam-se dia a dia os indícios de que os banqueiros internacionais chegaram ao limite não de sua paciência — que funcionalmente é infinita —, mas da paciência dos integrantes dos conselhos de administração, aos quais devem reportar-se sempre, e dos milhares de acionistas, depositantes e poupadões de dinheiro aos quais devem satisfação permanente. Já dissemos, nestas *Notas*, que os funcionários brasileiros encarregados de negociar a dívida externa — do ministro ao último integrante de qualquer delegação — não conseguem compreender a posição dos banqueiros. Não alcançam entendê-la pela simples e boa razão de que as relações do Banco Central do Brasil com o sistema financeiro nacional por assim dizer são de *senhor* para *dependente* (nem vassalo, pois esse tem direitos consuetudinários), enquanto no mundo da OCDE são de cidadãos para governantes submetidos ao controle do Congresso e do Judiciário, relações essas definidas claramente nas leis vigentes. Incapazes de atinar esse fato, os brasileiros que negociam julgam que basta os governos quererem para que tudo se transforme; ou basta os banqueiros norte-americanos e canadenses não desejarem cumprir a obrigação de inscrever como créditos em liquidação os débitos sobre os quais não se pagaram juros, para que essa obrigação legal não se cumpra.

Mais importante do que isso, porém, é o fato de os negociadores brasileiros serem absolutamente jejunos em matéria de Direito Internacional Público ou Privado. Acostumaram-se com o autoritarismo e transferiram para o plano internacional as lições que assimilaram bem do período anterior — tanto assimilaram que chegaram ao requinte de mudar a Constituição por decreto-lei. Quem fez isso pode, assim pensam eles, romper todos os pactos. Foi o que fizeram ao cancelar o pagamento de juros — sem atentar para um pequeno fato, mas de grande significação para quantos integram o sistema financeiro internacional: o Brasil, voluntariamente (para não dizer voluntariosamente), rompeu as normas do sistema e se colocou fora dele. Sem nos deixar

contaminar pela megalomania presente na declaração de isolamento (pois a moratória foi isso), não podemos deixar de anotar que o ministro da Fazenda e seus auxiliares jogaram tudo para mudar o sistema internacional — enquanto os demais membros do sistema, simplesmente, procuram afastar-se do Brasil realizando uma política que por via de consequência afeta antes de mais nada a economia brasileira.

Parece que o presidente da República não percebeu até onde pode levá-lo a insensibilidade política do ministro Funaro. Não atentou para o fato de que o governo brasileiro, ao menos no que diz respeito ao cumprimento de compromissos financeiros, perdeu a credibilidade. Ora, essa falta de confiança no setor financeiro pode estender-se a outros, comprometendo toda a posição política do Brasil no mundo — a menos que o apoio de Cuba e da Namíbia baste ao Executivo.

Diante desse quadro, é apenas natural que os banqueiros internacionais — repetimos, sofrendo pressões dos conselhos de administração e dos acionistas — pretendam chegar a um acordo condicionado à saída do sr. Funaro, autor intelectual da moratória. Ora, se as negociações chegaram a evoluir para situação em que a condição para o aporte de *dinheiro novo* seja a demissão do ministro da Fazenda, será difícil ao presidente da República (cada vez mais sozinho e mais sensível, por isso mesmo, à idéia abstrata da soberania) ceder. Não cedendo, ocasionará prejuízos enormes à economia brasileira e, via de consequência, a seu mandato, a seu projeto populista e, pior do que tudo, à democracia. Por isso tudo, é conveniente decidir já.

As vésperas do 31 de março, quando vence o primeiro prazo fatal contra o Brasil, não estamos preocupados com a sorte política do ministro da Fazenda; o que tememos são as consequências danosas, realmente perniciosas, que a teimosia, erigida em norma de ação política, pode acarretar às futuras gerações. Isso, sem falar das atuais, que conhecem de sobra os males do regime de exceção.